ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE AUDITIVA DE LACTENTES ATENDIDOS EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

LEÃO, Rhanny Hellen Lobato; KUNIYOSHI, Isabel Cristiane

¹CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS, Rua Alexandre Guimarães, 1927 – Areal, Porto Velho -RO, CEP 76805-846

INTRODUÇÃO/OBJETIVO: A Triagem Auditiva Neonatal é recomendada para os recém-nascidos até, no máximo, o primeiro mês de vida e, segundo as Diretrizes de Atenção a Triagem auditiva neonatal, deve ter seus resultados registrados na caderneta de saúde da criança. A mesma deve estar inserida na rede de Cuidados a pessoa com Deficiência e na atenção básica, para que dessa forma o usuário seja assistido em todas as etapas do programa. Além da TAN, o Ministério da Saúde ainda recomenda que toda criança (independentemente se possuir ou não fatores de risco para perda auditiva) tenha o desenvolvimento de linguagem e das habilidades auditivas acompanhados na atenção básica, durante as consultas de rotina (puericultura). Tendo em vista o exposto, o presente projeto objetiva analisar a saúde auditiva de crianças atendidas nas UBS de Porto Velho/Rondônia, conforme as diretrizes de atenção da triagem auditiva neonatal. MATERIAL E METÓDOS: Tratase de uma pesquisa de campo, observacional e transversal aprovada pelo Comitê de Ética (nº 4.875.067/2021). Foram entrevistados 272 pais/responsáveis de crianças de 0-5 anos atendidas nas Unidade de Saúde da Família de Porto Velho, Rondônia. Os pais ou responsáveis foram entrevistados quanto aos aspectos socioeconômicos, dados sobre o pré-natal, ocorrência de indicadores de risco para deficiência auditiva, realização, resultado e conduta da triagem auditiva neonatal, bem como o registro na caderneta de saúde da criança. RESULTADOS E DISCUSSÃO: Constatou-se que a maior parte das mães são casadas, estudaram mais de nove anos, possuem uma renda inferior a um salário mínimo e renda familiar entre um e três salários mínimos. O resultado quanto ao estado conjugal das mães participantes nesta pesquisa assemelha-se ao encontrado no estudo de Griz et al. (2015), onde apontou que a maioria tinha um companheiro e diferencia-se do estudo de Kunst et al. (2013) o qual apontou que a maioria não possuía um companheiro, o que pode ser explicado pelo fato de que em seu estudo, a população participante foi composta em sua maioria por mães adolescentes, enquanto no estudo atual, a média da idade materna foi de 27 anos, o que reflete uma faixa etária onde a busca por um companheiro é maior (IBGE, 2020). O resultado do grau de escolaridade nesse estudo, concorda com o estudo de Griz et al. (2015), quando diz que a escolaridade das mães atendidas em maternidades vem aumentando no decorrer dos anos. No entanto, apesar do aumento no grau de escolaridade, a renda das mães encontrou-se baixo. Isso pode ser explicado levando em consideração o fato de que ao nascerem seus filhos, as mães se dedicam ao cuidado do mesmo, na maioria das vezes saindo do emprego, deixando de empreender, quando autônomas ou pelo preconceito ainda presente no mercado de trabalho quando dizem que possuem filhos (IDOETA, 2020). No atual estudo, constatou-se também que a maior parte das mães realizaram o pré-natal (97,1%). Esse dado corrobora com outros estudos (MARQUES et al., 2021; GRIZ et al., 2015;

KUNST et al., 2013; TREVISAN et al., 2015; FREITAS et al., 2019) e está de acordo com o que o Ministério da Saúde recomenda, que as mães tenham esse acompanhamento desde o início da gravidez (BRASIL, 2000). Em contrapartida a esses dados, Marques et al. (2021) apontou que a alta cobertura de consultas no acompanhamento pré-natal não garante a qualidade do serviço prestado, o que é comprovado pelos estudos de Domingues et al. (2015) e Trevisan et al. (2002) onde demonstraram, respectivamente, um índice de apenas 26,1% e 35,2% de mulheres que receberam acompanhamento pré-natal conforme recomendado pelo Ministério da saúde. A maior parte das mães não participaram de grupos de gestantes e foram orientadas sobre a TAN no pré-natal. A triagem auditiva neonatal foi em sua maioria realizada e apesar de outros estudos (KUNST et al., 2013; FERNANDES; NOZAWA, 2010; GRIZ et al., 2015) apontarem que as variáveis sociodemográficas das mães influenciam na realização da TAN, no presente estudo não foi possível constatar esse resultado. Esse achado pode ser justificado pelo fato de a pesquisa ter sido realizada nas UBS, onde grande parte de seu público são mães já usuárias dos servicos da rede pública e na mesma, a TAN é um exame obrigatório (em virtude da legislação local do estado), ofertado e realizado todos os dias na Maternidade Municipal Mãe Esperança desde o dia de sua implantação, em 2006 e no hospital referência da capital, Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, desde o ano de 2003. CONCLUSÃO: A cobertura da TAN na cidade de Porto Velho- RO encontra-se próxima do recomendado pelo Ministério da Saúde, com um índice de 94,9 %. As cadernetas de saúde ou outro documento da criança, em sua grande maioria possuem o registro do teste, apesar de em 26,1 % isso não ocorrer. O índice de adesão do reteste é satisfatório e a realização da TAN não tem relação com as variáveis sociodemográficas das genitoras, nem com a participação das mesmas em ações educativas de saúde durante o período gestacional. AGRADECIMENTOS: Agradeço primeiramente a Deus por sempre está comigo, à minha família e amigos por todo apoio e compreensão, à minha orientadora pelo tempo cedido e pelo direcionamento que me deu, ao CNPg pela Concessão da bolsa de estudo para o financiamento deste trabalho através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC ofertado pelo Centro Universitário São Lucas.

PALAVRAS-CHAVES: Triagem auditiva neonatal, Caderneta de Saúde, saúde auditiva.

E-mail: rhannyhellenlobato@gmail.com; isabelkuniyoshi@outlook.com